

Deliberação, conflito e movimentos sociais: um estudo de caso das práticas de organização e tomada de decisão do Tarifa Zero BH

Deliberation, conflict and social movement: a case study of organizational practices and decision making of Tarifa Zero BH

Letícia Birchal Domingues¹

Resumo: Este artigo objetiva analisar os elementos deliberativos do Tarifa Zero BH. Para tanto, passa por uma construção de fundamentos teóricos para a inclusão da perspectiva do conflito e das emoções na deliberação. Em seguida, analisa a relação entre protestos, movimentos sociais e democracia deliberativa, a partir de estudos sobre os protestos de 2013 no Brasil, abordando seus elementos de conflito e as assembleias. Passa para o exame das práticas organizativas e de tomada de decisão do movimento Tarifa Zero BH, originado das manifestações de Junho de 2013 no Brasil, e suas aproximações com a democracia deliberativa. Para isso, tem como base um grupo focal realizado com integrantes do movimento Tarifa Zero BH e análise qualitativa interpretativa dos dados. Conclui que existem quatro aproximações entre o movimento em análise e a deliberação: a horizontalidade, a busca do consenso nas decisões, o afeto e a confiança política e o respeito às individualidades.

Palavras-chave: Democracia deliberativa; Movimentos sociais; Protestos; Junho de 2013; Tarifa Zero BH.

¹ Letícia Birchal Domingues é mestrandanda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG linha de pesquisa: Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas. É graduada em Direito pela UFMG. Tem desenvolvido pesquisas na área de participação e movimentos sociais desde a graduação. Contato: leticiabdom@gmail.com

Abstract: This article aims to analyze the deliberative elements of Tarifa Zero BH. To that objective, it builds theoretical foundations to include conflict and emotions in deliberation. Afterwards, it analyzes the relations between protests, social movements and deliberative democracy based on studies about the 2013 protests in Brazil, examining its elements of conflict and assemblies. It follows to study the organizational practices and decision-making processes of Tarifa Zero BH, originated on June 2013 Brazilian protests, and its approximations to deliberative democracy. To that objective, it takes as basis a focus group with members of Tarifa Zero BH and a qualitative interpretative analysis of this data. It concludes that there are four approximations between the social movement analyzed and deliberation: horizontality, seeking consensus in decisions, affection and political trust and the respect of individualities.

Keywords: Deliberative democracy; Social movements; Protests; June 2013; Tarifa Zero BH.

1. Introdução²

As manifestações de Junho de 2013 abriram uma ampla agenda de pesquisa a respeito de elementos constituintes, constitutivos e impactos de sua ocorrência. Debates sobre suas origens, reivindicações, formas de organização e significados para a democracia, por exemplo, ainda estão em aberto e são importantes para a compreensão atual da política brasileira. Mendonça (2016, p.3), dizendo sobre as diversas manifestações que tomaram o globo depois da crise econômica de 2008, aponta que ainda são escassos “os estudos empíricos que se perguntam sobre a relação entre essas manifestações [...] e democracia”.

Longe de ter sido um evento uno, o conflito e a diversidade marcaram as ruas, redes, pautas, sujeitos e organizações. Apesar de terem ocorrido protestos relativos ao transporte público nos meses anteriores a junho de 2013 em outras capitais do país (Tavares, Roriz e Oliveira, 2016), as manifestações em São Paulo contra o aumento das tarifas de ônibus e sua truculenta repressão

² Este artigo é parte dos projetos “Protestos e engajamento político: discurso e identidade em manifestações contemporâneas” (CNPq) e “Transformações do ativismo no Brasil: junho de 2013 em perspectiva comparada” (CAPES), agradecendo aqui o financiamento da pesquisa. Também agradeço à FAPEMIG pelo financiamento do projeto, já encerrado, “Democracia, Participação e Tecnociência: Caminhos da cidadania contemporânea”. Agradeço, também, aos comentários da profa. Claudia Feres Faria na primeira versão deste artigo.

estiveram no início do ciclo de confronto político, que se expandiu pelas cidades e colocou, lado a lado, uma pluralidade de grupos com propósitos diferentes e, até, irreconciliáveis. Reivindicações pela educação, direito de greve, contra a Copa do Mundo de 2014, contra a homofobia, contra a corrupção, em prol da qualidade dos serviços públicos, entre outras, com elementos conservadores e progressistas, ocuparam e disputaram as ruas e redes durante aquele mês de junho (Ricci e Arley, 2014; Mendonça e Ercan, 2015). Gohn sintetiza essa pluralidade de demandas em choque como uma busca “de outro modelo de desenvolvimento, voltadas para a escolha de outras prioridades nas políticas públicas, e para outros parâmetros éticos dos os políticos que ocupam cargos públicos” (Gohn, 2014, p.433).

Apesar de terem tido especificidades locais, as manifestações de Junho se inserem em uma lógica de ação coletiva que se alastrou por diversos países desde a crise econômica de 2008. “Em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional” (Carneiro, 2012, p.8). Ainda, a tomada de decisão por consenso, a busca de um formato horizontal, a publicidade das reuniões, a abertura para participação de integrantes e o rechaço a partidos, sindicatos, carros de som e bandeiras são alguns elementos que chamaram a atenção nos protestos brasileiros. Tal conjunto de característica pode ser interpretado como uma alternativa às formas de confronto político mais tradicionais, baseadas em fortes identidades coletivas, para uma emergência de uma nova lógica de ação, mais baseada nos indivíduos. É o que Bennett e Segerberg (2012), ao proporem o conceito de *ação conectiva*, chamam a atenção: estaria ocorrendo, então, uma formação de engajamentos personalizados, nos quais os indivíduos têm maior proeminência, característico também da mediação pelas tecnologias da informação.

A partir dessas demandas diversas e personalizadas, é possível realizar uma interpretação dos eventos de Junho de 2013 (também conhecidas como

Jornadas de Junho) como uma exigência de maior inclusão política e participação na tomada de decisões que afetam os indivíduos. Gohn identifica “uma crise de representação social desses grupos e uma crise de legitimidade das instituições públicas” (Gohn, 2014, p.436). Nesse sentido, a necessidade de ampliação da participação popular tem sido apontada como demanda emergente das mobilizações, de forma que Avritzer (2016) propõe uma agenda de ampliação da participação social para a área de infraestrutura, que teria tido menor abertura participativa nos governos petistas. Vinicius (2014, p.3) descreve, por parte dos manifestantes, um “desejo de constituição, de criação, de ser parte do poder instituinte [...], mesmo que seja desafiando o poder constituído”. E Mendonça e Ercan apontam que os protestos brasileiros³ tinham como característica comum o desafio da política tradicional:

realizada por atores convencionais, como partidos políticos, associações tradicionais e organizações de movimentos sociais. Os protestos recentes ofereceram novas arenas de debate, as quais eram marcadas por relações mais horizontais, liderança difusa e participação inclusiva (MENDONÇA, ERCAN, 2015, p.273⁴).

Essa demanda por maior participação na tomada de decisões, por mais plural que tenha sido, abre uma janela para se pensar os potenciais deliberativos dos protestos de Junho de 2013 e das organizações de movimentos sociais que o constituíram e permaneceram atuantes após o esvaziamento das ruas naquele ano. É sobre as organizações que pretendemos tratar aqui, buscando identificar quais elementos organizativos desses novos movimentos se relacionam com a democracia deliberativa. Para tanto, abordamos primeiro, a viabilidade teórica de relacionar protestos e movimentos sociais à deliberação, tendo em vista suas características de conflito e comunicação baseada em emoções. Utilizaremos como referências

³ O artigo de Mendonça e Ercan (2015) analisa os protestos do Brasil e da Turquia em 2013, mas, aqui, usamos suas referências no que diz respeito, especialmente, ao caso brasileiro.

⁴ Todos os textos originais em inglês foram por nós traduzidos.

centrais para este ponto os trabalhos de Bätchiger et al, 2010; Young, 2002; Mendonça e Ercan, 2015. Abordaremos elementos específicos das manifestações de Junho de 2013, especialmente o confronto político e o uso de assembleias em sua organização para tratarmos de características presentes neste recente ciclo de protestos que levou à formação de movimentos sociais pelo país, como é o caso do Tarifa Zero BH (TZ). Este movimento, então, é o centro de nosso estudo de caso, que será abordado a partir de suas práticas organizativas para compreender suas aproximações e distanciamentos com a deliberação. Serão usadas, para o estudo empírico sobre o TZ, as informações de um grupo focal com seus integrantes e bibliografia produzida sobre o movimento.

2. Deliberação, comunicação e conflito

As análises teóricas e empíricas sobre a democracia deliberativa têm aberto um profícuo campo de debate a respeito dos elementos que constituem a deliberação. Chamam atenção, para este trabalho, as discussões em torno das formas de comunicação que são aceitas dentro do modelo deliberativo, em especial o papel das emoções e do conflito na deliberação. Isso se dá, porque os movimentos sociais partem de uma lógica de confronto e de agitação social que exigem que formas de comunicação baseadas nas emoções e na força sejam empregadas. Torna-se necessário, então, pensar em fundamentos teóricos para a deliberação em movimentos sociais e em quais formas de comunicação a democracia deliberativa se sustenta.

Devido a divergências, inclusive sobre as formas de comunicação, Bätchiger et al (2010) propõem a divisão das teorias deliberativas em dois tipos ideais. A deliberação de Tipo I é baseada na lógica da ação comunicativa de Habermas, no discurso racional e na distinção entre ação comunicativa e ação estratégica. Enquanto a deliberação de Tipo II agrega diversos autores que aceitam formas mais flexíveis de discurso, voltados mais para os empecilhos do

mundo real sobre as ideias normativas da deliberação. Na deliberação de Tipo I, implica-se “um processo sistemático no qual atores dizem a verdade, justificam suas posições extensivamente e estão abertos a cederem à força do melhor argumento. O objetivo final da deliberação de tipo I é chegar ao entendimento ou ao consenso”. Já a deliberação de tipo II “se afasta da ideia de um discurso puramente racional em busca de uma concepção de deliberação que incorpora formas alternativas de comunicação, como a retórica ou a contação de histórias” (Bächtiger et al, 2010, p.33-34).

Na deliberação de tipo I, “o discurso próprio deve ser sem constrangimentos, não coercitivo e não distorcido” (Bächtiger et al, 2010, p.37), ainda, a busca do entendimento comum e da sinceridade são essenciais:

[os participantes] não devem usar argumentos em um estilo puramente oportunístico para enganar a audiência, mas realmente ‘dizer o que eles querem dizer e significar o que eles dizem’. Eles devem ouvir diversos pontos de vista e responder a eles de forma respeitosa, praticar a empatia e, sistematicamente, refletir e avaliar seus interesses e necessidades no ponto de vista de sua generalização. Mais importante, eles devem estar abertos à persuasão pela ‘força não coercitiva do melhor argumento’. Para que faça sentido o processo como racional, os participantes devem assumir (provisoriamente) que, em princípio, eles podem alcançar o consenso (Bächtiger et al, 2010, p.36-37).

Nessa visão de tipo I da deliberação, parecem existir empecilhos fortes à ideia de deliberação em movimentos sociais, seja dentro de sua organização, seja na relação com o público e interlocutores do Estado. Como dentro da organização de movimentos sociais ocorrem debates em torno de táticas e estratégias, não é atípica a formação de correntes internas com posicionamentos distintos e a ocorrência de disputas entre integrantes por funções de poder ou outros interesses que podem ir contra as ideias de sinceridade e abertura ao convencimento. O diálogo na esfera pública, também, pode ser fundado mais na ideia de persuasão de terceiros e menos na possibilidade de mudança de posicionamento do movimento a respeito de sua

pauta, podendo chegar a momentos de forte intransigência e uso de meios mais confrontacionais como sátiras, protestos e denúncias públicas. Contudo, é possível se pensar na empatia e no respeito entre integrantes de movimentos sociais e, especialmente, com o grupo com que atua, tendo em vista o compartilhamento de perspectivas e a atuação conjunta contra inimigos comuns.

A deliberação de tipo II, ao ampliar as formas de discursos aceitáveis, pode diminuir as tensões existentes entre a prática de movimentos sociais e a deliberação de tipo I. Admitem-se, no tipo II, “demandas encobertas por linguagem confrontacional ou sarcasmo mal escondido, entendendo que esse tipo próprio de manifestação pode ir de mãos dadas com a natureza do argumento sendo feito, ou ser necessário para comunicar com uma audiência em particular” (Bächtiger et al, 2010, p.43). No nível macropolítico, “a política diz respeito a interesses e poder e não compreensão e melhor argumento”, existindo, também uma crítica à ideia, de tipo I, de uma “esfera pública na qual o poder seja equalizado de uma forma que não possa atrapalhar a deliberação e onde o consenso racional possa ocorrer” (Bächtiger et al, 2010, p.39).

Iris Young tem um papel de relevo dentre os teóricos da deliberação de tipo II, desenvolvendo uma teoria da democracia baseada na contenda e que busca “desafiar a identificação do debate público racional com argumentação educada, ordeira, sem paixão e cavalheiresca” (Young, 2002, p.49). Segundo a autora, contra essa identificação, ela se aproxima das interpretações mais agonísticas do processo democrático e defende um modelo de comunicação democrática. Nele, algumas características da democracia deliberativa se mantêm, especialmente “a orientação comunicativa orientada para uma racionalidade normativa e a transformação dos desejos privados e autorreferenciados em apelos públicos de justiça” (Young, 2002, p.51). Dentre as críticas desenvolvidas pela autora no livro *Inclusion and Democracy* (Young, 2002), apresentaremos três, por considerá-las mais relevantes para as

dinâmicas de movimentos sociais e por colaborarem para a construção de um modelo deliberativo no qual o conflito também está presente.

A primeira crítica é direcionada à preferência de normas deliberativas baseadas na “linguagem ‘literal’ sobre a linguagem figurativa que usa metáforas, hipérboles e assim por diante” (Young, 2002, p. 39). Para a autora, uma “concepção apropriada da comunicação democrática deveria rejeitar essa oposição entre razão e emoção, significado literal e figurativo” (Young, 2002, p. 39). Isso se dá, especialmente, porque esse estilo de discurso está correlacionado a privilégios sociais, como das formas de expressão de homens brancos e de classe média. Portanto, para a autora:

uma concepção de democracia baseada no discurso que enfatize a inclusão como uma maneira de alargar a habilidade das opiniões e experiências de serem expressas em público deve tomar cuidado para não assumir uma noção tão restritiva da comunicação política legítima (Young, 2002, p.40).

A segunda crítica está fundada na noção de uma democracia descentralizada defendida pela autora. Segundo Young, “a imagem do processo de deliberação, implicitamente, pensa no processo democrático como uma longa reunião, que, ao fim, toma decisões, torcemos, de forma justa” (Young, 2002, p.46). Na sua forma descentralizada de democracia deliberativa, o processo de comunicação ocorre “como fluxos e trocas envolvendo setores sociais variados que não são unidos sob um princípio unificante. Enquanto existem reuniões e discussões no processo, não há um momento final de decisão, de forma que o próprio fórum democrático pode ser revisto” (Young, 2002, p.46). Ainda, a autora aponta, que, em comparação com a maior parte das teorias da deliberação, essa concepção fornece “maior proeminência para os processos de discussão e envolvimento cidadão nas associações da sociedade civil [...]. [A] comunicação democrática flui entre instituições não estatais da sociedade civil e instituições estatais” (Young, 2002, p.46).

Finalmente, a terceira crítica reside no descrédito, pela maior parte das teorias deliberativas, das formas disruptivas e desordeiras da comunicação política:

Um modelo de democracia baseado na discussão não pode desvalorizar, particularmente, demonstrações políticas públicas, as quais são usualmente desordeiras e disruptivas em algum grau, e das quais seus planejadores, algumas vezes, objetivam maximizar a sua disrupção. A demonstração pública é um modo de expressão de oposição e crítica importante e, muitas vezes, efetivo, além de chamar a atenção dos atores poderosos. Sem ações de protesto criativas e mobilização de massa, a democracia é insípida e fraca (Young, 2002, p.48).

A possibilidade de expansão da ideia de deliberação proposta por Young tanto para espaços informais de debate, quanto para maneiras de expressão distintas, com a presença de emoções e conflito, mostra-se importante e dá sustentação teórica para se pensar na relação entre movimentos sociais e deliberação.

3. Junho de 2013: conflito, organização e deliberação

Tendo em vista o debate teórico entre os tipos I e II de deliberação, busca-se delinear algumas características dos protestos brasileiros de Junho de 2013 para se pensar relações com a democracia deliberativa e, então, passar para a análise do caso específico deste trabalho, o Tarifa Zero BH. O ponto de relevo aqui é pensar se existe compatibilidade entre as formas disruptivas e contenciosas que permeiam os protestos com os tipos de comunicação para a deliberação. Assim, é necessário tratar o ciclo de confronto político não só nas ruas, mas em suas continuidades e retroalimentações, em suas características organizativas e suas expressões nas redes, mídias e, especialmente, assembleias. Como se busca expor, os potenciais deliberativos estariam nessa visão abrangente do protesto.

Seguindo a abordagem da introdução, as manifestações ocorridas majoritariamente no mês de junho de 2013 abriram uma série de pesquisas nas

ciências sociais, tratando de elementos como suas configurações sócio-políticas (Alonso e Mische, 2015; Gohn, 2014); suas relações com a democracia (Mendonça, 2016; Mendonça e Ercan, 2015); seus elementos organizativos e performáticos (Dowbor e Szwako, 2013); suas relações com o direito à cidade (Maricato et al, 2013); suas manifestações em cidades interioranas (Veiga, 2014) e fora do sudeste brasileiro (Tavares, Roriz e Oliveira, 2016); e os sentidos da atuação do campo político autonomista (Ortellado, 2013) e seus efeitos nesse campo (Bringel e Pleyers, 2015).

Assim, compreendendo a amplitude de perspectivas, limita-se a trabalhar, aqui, com dois aspectos deste ciclo de confronto político, por serem aqueles que mais contribuem para a reflexão sobre os potenciais deliberativos de movimentos sociais. Os aspectos são o *conflito* ou a *disrupção*, características de protestos e presentes nestes de 2013 e as formas *organizativas*, em especial aquelas das *assembleias* formadas ao longo dos protestos.

Compreende-se que Junho de 2013 foi um ciclo de confronto político, por ter seguido a progressão proposta por Tarrow de uma:

rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades (Tarrow, 2009, p.182).

Tal difusão de ação coletiva e de inovações nas formas de confrontos deu-se pelo próprio caráter de espontaneidade e surpresa na tomada das ruas, que levaram à busca de compreensão de seus sentidos (Vainer, 2013; Gohn, 2014). Por mais que tenham ocorrido manifestações anteriores, em 2013 contra o aumento das tarifas de ônibus, como em Porto Alegre e em Goiânia (Tavares, Roriz e Oliveira, 2016), foram as manifestações contra os vinte centavos de aumento nas tarifas de São Paulo e a sua bruta repressão que serviram de

estopim para que as manifestações se espalhassem por todo o país (Gohn, 2014; Dowbor e Szwako, 2013).

Assim, o ponto, se não inicial, mas central para a ampliação dos protestos para além da disputa local pelo direito ao transporte público em São Paulo, foi o confronto. Primeiro, em uma lógica mais usual: entre manifestantes e policiais militares; depois, atingindo também agentes da mídia tradicional. Explica-se: no dia 13 de junho ocorreu a terceira manifestação do Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP) e ela foi reprimida de forma desproporcional, atingindo, inclusive jornalistas, o que marcou uma mudança de posicionamento da mídia, que antes criminalizava as ações do movimento, passou a apoiá-las (Dowbor e Szwako, 2013). A partir deste ponto – e seguindo o ciclo proposto por Tarrow –, houve a chegada de vários novos atores para o protesto, o alastramento das manifestações para centenas de cidades e a ampliação de pautas para demandas plurais. O transporte público não deixou de ter vitórias, com a conquista da diminuição de tarifas em mais de cem cidades e a conquista de visibilidade para as questões da mobilidade urbana (MPL, 2013). Contudo, “o leque de demandas ampliou-se para outros serviços públicos (saúde e educação). Com a adesão de multidões às manifestações, as demandas ampliaram-se mais ainda, e o alvo passou a ser ‘contra tudo’” (Gohn, 2014, p.433).

Se o confronto policial foi marco para a ampliação dos protestos, ele continuou presente ao longo das *Jornadas de Junho* e é elemento importante para descrever as ruas naquele período. O caráter disruptivo dos protestos ganhou uma estética específica neste caso, com o uso, pela primeira vez de forma expressiva no Brasil, da tática Black Bloc⁵, cujo objetivo “a longo prazo, [é] a destruição total da opressão engendrada pelo Estado, pelo Capital, pelo Patriarcado... em suma, cada um define a sua prioridade. De qualquer modo, o Black Bloc constitui apenas um espaço de convergência para ações diretas” (Ludd, 2002, p.134). No caso de Junho de 2013, as ações diretas envolveram a

⁵ Gohn (2014) também traz uma análise sobre o uso da tática Black Bloc em Junho de 2013.

quebra de vitrines, de bancos e de concessionárias de automóveis, considerados símbolos do capital. Além disso, atuaram como *front* no protesto, com máscaras e escudos, reagindo contra as investidas policiais. O conflito nas ruas foi alvo de grandes polêmicas em torno de Junho de 2013, inclusive entre seus participantes, fazendo com que alguns analistas chegassem à conclusão de que “a prática sistemática da violência nas diferentes manifestações ocorridas ao longo de 2013, após Junho de 2013, ofuscou a legitimidade das ações, afastou as grandes massas das manifestações e contribuiu para o isolamento e segmentação dos ativistas” (Gohn, 2014, p.434).

Para além do confronto físico, Junho de 2013 colocou lado a lado nas ruas visões distintas de política, de demandas e de expectativas. “No decorrer dos protestos, houve uma disputa nos cartazes empunhados pelo conjunto heterogêneo que ocupou as ruas e uma guerra de interpretações das vozes rebeldes” (Rolnik, 2013, p.8). E o próprio conteúdo de cartazes e a tomada das ruas por manifestantes, ocupando o lugar dos usuais carros, são formas de interrupção características de protestos de massas. Assim, situa-se o ciclo de confronto político de Junho de 2013 dentro de uma lógica de conflito e interrupção, que pode afastar as possibilidades de deliberação de tipo I, mas não as de tipo II.

Fortalece-se o argumento da dimensão deliberativa de tipo II ao integrar a caracterização conflituosa das ruas com a produção de significados e interpretações conectada a espaços diversos, como as redes sociais, as mídias tradicionais e alternativas e os espaços das assembleias de manifestantes. No que diz respeito às mídias e redes sociais, pontua-se que:

Características sociocomunicacionais do Facebook, como as atividades de postar, curtir, compartilhar e aderir aos eventos, contribuíram para expandir a visibilidade reticular dos acontecimentos que permearam o *dispositivo protesto*, sejam estes relacionados a testemunhos de manifestantes nas ruas ou a relatos jornalísticos que circularam em conexões de mídias digitais (Utsch, Arce e Alzamora, 2014, p.44).

O que se observa, portanto, é a permeabilidade entre as experiências do protesto e suas manifestações e interpretações em plataformas de comunicação. Mais do que isso, há aspectos organizativos e políticos específicos deste ciclo de confronto político que contribuem para a possibilidade de deliberação nos protestos:

os princípios da horizontalidade, ausência de liderança, valorização de processos decisórios baseados na democracia direta, ação direta e autogestão de espaços públicos envolveram a quase totalidade das lideranças [sic] das manifestações de junho, até mesmo filiados em partidos fundados na cultura de vanguarda e organização de quadros (Ricci e Arley, 2014, p.180).

Um espaço característico de realização desses princípios, de cunho autonomista, é a assembleia⁶. Espaços abertos, de encontro de manifestantes, debate político e busca de diretrizes para a ação política, as assembleias buscavam tomar decisões por consenso, abrir espaço para a fala do maior número de pessoas possível, realizar sorteios e rotatividade de funções para papéis de mediação nos debates e usavam métodos de expressão silenciosos, em geral, gestos com as mãos, para que os participantes pudessem demonstrar suas opiniões sem interrupções e, assim, envolverem-se nos rumos do debate⁷.

A busca das decisões por consenso, que leva à necessidade de troca argumentativa continuada, é elemento que aproxima as assembleias da deliberação de tipo I. Contudo, é importante perceber aqui a estrutura montada, com gestos e observadores, para a apreensão dos sentimentos das pessoas durante a deliberação. A partir do uso das mãos é possível perceber se há não só concordância ou discordância a respeito do que está sendo discutido, mas

⁶ As assembleias foram espaços de encontro e deliberação em outras experiências com características autonomistas, como os Fóruns Sociais Europeus, nos movimentos por justiça global (Della Porta, 2005) e nas manifestações de 2013 na Turquia (Mendonça e Ercan, 2015).

⁷ Para descrições específicas da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte, ver: Ricci e Arley (2014) e Viana (2015).

também se há emoções como euforia, medo ou repúdio, que são usadas como forma de convencimento mútuo, aproximando-se a uma ideia de deliberação com formas de comunicação alargadas, de tipo II.

As assembleias buscaram ser inclusivas e visíveis, manifestando uma forma diferente de fazer política. [...] Cheia de narrativas emocionais e histórias individuais de marginalização e exclusão, a comunicação desenvolvida nas assembleias teve um papel importante para manter as grandes mobilizações (Mendonça e Ercan, 2015, p.275).

Mas é preciso afirmar que as assembleias não “eram um paraíso de debate respeitosos entre iguais. Elas eram lugares de conflito. Elas não estavam livres de relações de poder existentes” (Mendonça e Ercan, 2015, p.275).

Assim, se não é possível afirmar que as assembleias sejam espaços sem constrangimentos ou disparidades e os protestos de 2013 tiveram forte caráter disruptivo, parecem haver elementos dificultadores de encontrar aspectos deliberativos em Junho de 2013. Contudo, Young (2002) e Mendonça e Ercan (2015), bem como os deliberacionistas de tipo II (Bächtiger et al, 2010), contribuem para nossa análise ao desenvolverem uma perspectiva na qual um processo deliberativo se dá de forma continuada, em espaços informais da sociedade civil, sendo compatível com formas conflituosas e figurativas de comunicação. É com essa perspectiva da deliberação que entendemos ser possível analisar como os protestos e movimentos sociais contemporâneos se aproximam de princípios deliberativos.

Mendonça e Ercan problematizam a leitura da deliberação como “uma forma pasteurizada de trocas dialógicas voltadas para o consenso” e argumentam que “a natureza adversativa dos protestos ajuda a promover e não a dificultar os prospectos da deliberação” (Mendonça e Ercan, 2015, p.268). Segundo os autores, formulações mais recentes da democracia deliberativa incluem o conflito na deliberação e colocam a sociedade civil e a esfera pública

conflituosas no centro da democracia deliberativa (Mendonça e Ercan, 2015). No caso dos protestos de 2013 os autores concluem que:

desenvolveram um padrão semelhante de política contenciosa envolvendo fortes elementos deliberativos. [eles identificaram] tais elementos na estrutura horizontal e descentralizada dos protestos, no tipo de ação coletiva que eles geraram e nas suas consequências públicas e políticas (Mendonça e Ercan, 2015, p.278).

Assim, os protestos (e os movimentos sociais) podem ser pensados dentro da democracia deliberativa. Em certos aspectos, a proximidade maior ocorre com a deliberação de tipo II, tendo em vista a força das emoções na tomada de decisões; a existência de conflitos e disputas de interesses entre os participantes, seja nas ruas ou nas assembleias; e a ocorrência de embates violentos entre policiais e manifestantes. Nesse caso, a deliberação estaria interligada a uma comunicação baseada no conflito, na ironia, na denúncia, na agregação de pessoas nas ruas para demonstração de força e na formação de uma esfera pública não institucional. Contudo, a manutenção do objetivo do consenso na tomada de decisão nas assembleias é elemento que aproxima as experiências ao tipo I de deliberação.

4. Deliberação interna no caso Tarifa Zero BH

Tendo preparado o terreno com a análise de viabilidade entre deliberação e protestos, voltaremos nossos olhares para um movimento social de Belo Horizonte (BH), o Tarifa Zero BH, surgido como um dos grupos de trabalho da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (APH), durante as Jornadas de Junho, em busca de elementos deliberativos em sua forma de organização interna. Dentre a série de assembleias formadas nas cidades brasileiras, a APH constituiu-se na cidade de Belo Horizonte, no dia 19 de junho de 2013, e aglomerou sujeitos e demandas variadas, mas de alguma forma identificados com um campo de esquerda. Como proposta organizativa dessa

pluralidade, em sua segunda sessão, foram formados doze grupos de trabalhos e duas comissões voltadas para a organização geral da Assembleia, quais sejam, a Comissão de Comunicação e a de Construção e Disseminação de Assembleias (APH, 2013).

Dentre esses grupos de trabalho estava o GT de Transportes, que teve seu nome alterado na segunda reunião para GT de Mobilidade Urbana (Velo, 2015). A primeira ação do GT de Mobilidade Urbana foi uma campanha pela gratuidade universal do transporte público, formulada em um projeto de lei de iniciativa popular pela “tarifa zero”. A campanha teve bastante força e o grupo ganhou energia que superou até a própria APH. Isso fez com que, “gradativamente, a identidade do movimento se descolasse da Assembleia. Assim, já no fim do ano de 2013, o GT de Mobilidade Urbana será conhecido e referido como Tarifa Zero BH” (Velo, 2015, p.207).

Desde então, o TZ seguiu atuante na cidade de Belo Horizonte e acabou por ser o único dos doze GTs constituídos na APH que permaneceu ativo. O estudo a respeito desse movimento torna-se relevante por ter tido um destino diferente dos outros GTs e ter permanecido com os mesmos princípios de organização da APH, como a “horizontalidade, abertura, publicidade das reuniões, uso de espaços públicos para encontros, busca de consenso, suprapartidariedade e rechaço a protagonismos⁸” (Domingues, 2016, p.55). Como se viu, essas características, presentes também nas assembleias, se aproximam das concepções de democracia deliberativa majoritariamente de tipo II, mas também, de tipo I.

Assim, usaremos o caso do Tarifa Zero BH, por sua especificidade, para pensarmos quais são os elementos deliberativos presentes na forma de organização desse movimento e como eles se manifestam. Entendemos ser importante a análise de uma organização de movimento social que surgiu de

⁸ Semelhante à oposição a lideranças, o rechaço a protagonismos vem como consequência da horizontalidade: as pessoas devem ter papéis igualitários dentro do movimento, sem assumirem posturas de maior proeminência, para as quais o termo “protagonismo” é usado.

uma assembleia, focando na consolidação do aspecto organizativo das manifestações e da APH. Propõe-se, também, que a democracia deliberativa pode contribuir para a interpretação da forma de organização desses movimentos dando uma perspectiva, ainda que aberta e fluida, de durabilidade para eles.

Para essa análise utilizaremos dados de um grupo focal realizado com nove integrantes do TZ, no dia 30 de setembro de 2015⁹. Para a realização do grupo focal, seguimos as indicações de Gatti (2012) e usamos um roteiro semi-estruturado (Apêndice A) no qual havia um eixo de perguntas a respeito da organização do movimento, questionando sobre a forma e conteúdo de suas reuniões. Nove integrantes do movimento participaram do grupo focal, buscando-se a maior diversidade entre origens socioeconômicas, trajetórias políticas e paridade de gênero, conforme disposto na tabela a seguir:

Tabela 01: Ficha de participantes do grupo focal do Tarifa Zero BH

Pseudônimo	Idade	Sexo	Raça/cor	Formação profissional	Por quanto tempo participou do Tarifa Zero BH	Participação em outras organizações
Bê	26	M	Branco	Mestrado	2 anos e 3 meses	SIM
Cigano	33	M	Branco	Doutorando	Participo dos atos desde o início e das reuniões há 1 ano	SIM
Virginia	25	F	Branca	Mestrado	1 ano e meio	SIM
Marcelo	38	M	Branco	Ensino Superior Completo	2 anos e 2 meses	NÃO
Dandara	20	F	Parda	Ensino Médio Completo	10 meses	SIM
Maria	20	F	Branca	Superior em curso	1 ano e 3 meses	SIM
Zé	30	M	Pardo	Ensino Superior Completo	1 ano e 9 meses	SIM
Brigite	26	F	Branca	Mestrado	1 ano e 11 meses	NÃO
Catarina	25	F	Branca	Superior em curso	9 meses	NÃO

Fonte: Domingues (2016)

A análise das falas do grupo focal foi feita com base no método de análise de conteúdo, seguindo as instruções de codificação de Stewart e Shamdasani (1990). Para o presente trabalho, utilizaremos apenas as informações

⁹ Os primeiros resultados com base nesse grupo focal estão disponíveis em: Domingues (2016).

sistematizadas sob a categoria de “movimento”, com os códigos “organização” e “tomada de decisão”¹⁰. Como é característico do próprio movimento, seus integrantes mudaram significativamente desde a realização do grupo focal, então, limitaremos nossa análise temporal às características do movimento entre junho de 2013 e setembro de 2015.

Vale pontuar que, apesar de existirem interpretações sobre as manifestações e coletivos vindos de Junho de 2013 como completamente espontâneos e sem qualquer estrutura, entendemos que “o que é característico dos movimentos hodiernos não é a *ausência* de organização, mas um modo de organização que pode ser descrito em seus próprios termos” (Nunes, 2014, p.10). Nunes, então, propõe uma terminologia própria para a análise da organização desses movimentos, baseada no formato de redes. Também baseados na ideia de redes, Bennett e Segerberg (2012) propõem o conceito de “ação conectiva” para caracterizar os movimentos que atuam com base em ações proporcionadas pela internet. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho, entendemos que as interpretações que aproximam os movimentos contemporâneos à lógica de redes captam a fluidez, a difusão e a distribuição deles, e justificam a adequabilidade teórica de se discutirem elementos organizativos desses movimentos fluídos.

Ao todo, quatro dinâmicas organizativas do TZ foram abordadas pelos participantes do grupo focal como sendo características da forma da realização de suas reuniões e tomada de decisões a respeito das ações que iriam realizar, são elas: o papel da horizontalidade, a busca do consenso nas decisões, a relação de afeto e confiança política e o respeito às individualidades.

¹⁰ O livro de códigos completo está disponível em Domingues, 2016, p.120. O código “organização” seguiu a definição “aspectos que dizem respeito à forma do movimento se estruturar” e o código “tomada de decisão” teve a definição “dinâmicas para se chegar a uma escolha no movimento”.

4.1. O papel da horizontalidade

O tema da horizontalidade é central para o movimento, que toma a abertura e a integração de novos membros como mecanismo inerente para a existência do grupo. Brigitte¹¹ explica que “o fato de ser horizontal, é a ideia de que não tem ninguém com privilégio de fala, no sentido de que todos podemos falar nossas opiniões, independente de nossa experiência dentro do movimento e fora”. A horizontalidade, então, permitiria uma igualdade interna entre os membros do grupo, tentando diminuir o peso de protagonismos de pessoas com mais experiência, mais conhecimento ou melhor retórica. Na percepção de Brigitte “o Tarifa Zero [...] dá espaço a pessoas... Ele realmente não é horizontal só porque tá escrito, ele realmente dá espaço de fala, de opinião, mesmo que não seja a mesma que a nossa, pra qualquer um que chega”.

Apesar de Brigitte afirmar que “a gente já não se coloca como especialista na hora de falar com alguém, muito menos na reunião”, ocorre uma ponderação quanto a isso por Maria que apresenta a questão do “protagonismo”. Se a horizontalidade busca nivelar os integrantes do movimento para que não haja lideranças e que a fala de todos tenha o mesmo peso, Maria explica que pessoas assumem papéis de protagonista a depender do momento. “Não que a pessoa seja protagonista, mas ela tá tendo um papel de protagonista, tipo assim, uma pessoa que tá há mais tempo no movimento, uma pessoa que sabe mais sobre o panorama político da mobilidade, eu acho que aí [...] algumas pessoas se sentem intimidadas de discordar”.

A horizontalidade, então, pode ser pensada como um mecanismo de inclusão discursiva, vinda de uma atenção ao direito de fala de todos os participantes da reunião, sejam mais experientes ou menos e de uma possibilidade de conteúdos e forma distintos. A presença da horizontalidade enquanto princípio, então, permite que críticas como as colocadas por Maria

¹¹ Utilizamos pseudônimos, escolhidos pelos próprios integrantes do grupo focal, para não identificar os participantes da pesquisa. Ver Apêndice B.

sejam levadas em consideração na própria construção do debate e do espaço de deliberação, pensando na deliberação de forma continuada, como Young (2002). Importante ressaltar que a fala de Maria aponta a existência de pessoas que, em certo momento, têm um papel de protagonista, mas que não necessariamente ocupam um posto de liderança continuada ao longo dos anos de existência do movimento. Tal tipo de rotatividade dos protagonismos pode ser entendido como uma forma de liderança difusa, que coloca um espaço de deliberação não isento de relações de poder (concordando com os adeptos à deliberação de tipo II), mas com a possibilidade de realização de diálogos através das diferenças (Mendonça e Ercan, 2015), inclusive pela própria fugacidade dessa posição de poder temporária.

A abertura para a fala de todos que participam da reunião não se resume à busca de igualdade na expressão, mas na abertura das pessoas para aceitarem o debate de ideias e abrirem mão de posicionamentos. Catarina coloca que “eu tenho que ter uma capacidade mínima de lidar com conflito, no sentido de que as vezes o que eu quero não vai acontecer, pronto. Só que isso é, tipo assim, estratosférico no sentido de conseguir fazer isso”. O conflito aparece na fala de Catarina dentro da discussão das ações táticas que o movimento decide tomar, de forma que não é possível pensar nesses espaços de reunião como isentos de embates. Diante disso, é mais adequada a concepção de comunicação na deliberação de tipo II, mas, como ficará mais claro a seguir, há uma abertura ao convencimento, ou, ao menos, a abrir mão de posicionamentos.

4.2. A busca do consenso nas decisões

Os integrantes do grupo focal narraram a existência de divergências internas e de conflito na tomada de decisões, que são guiadas pela busca do consenso em detrimento da votação. Marcelo explica que existe uma escolha tácita quanto a quais divergências não valeria a pena prolongar o debate, e outras, sobre as quais é necessário ter discussões maiores. “Então, assim, acho

que a divergência fica mais tranquila na maior parte das vezes. Mas não sempre, tem situações, que são mais pontuais, a respeito de comunicação interna, por exemplo, que a gente sempre debateu, essas a gente arrasta”.

Dentre esses temas que exigem um maior gasto de energia na tomada de decisão, os integrantes relatam que o maior empecilho para o consenso é a questão do tempo necessário para se alcançar um entendimento comum. “Tem a questão [...] dos desgastes, que se fica batendo numa tecla, que vê que o movimento é horizontal, e aí demora muito e aí você não vê avançando a pauta, e a questão da paciência também” [Maria]. Nas questões mais polêmicas, as discussões se arrastam e Marcelo descreve que vão “tentando aos pouquinhos esperando que as pessoas cedam, algum cede aqui, outro ali. Muitos eu acho que saem do Tarifa Zero, eu acho, porque não concordam com ceder, queriam ceder menos, acaba que ficam as pessoas com mais capacidade de ceder”.

O espaço da reunião do TZ, que à época acontecia às terças-feiras às 19h em algum espaço público no centro da cidade (Domingues, 2016), era central para a tomada de decisões, devendo-se respeitar o consenso atingido naquele espaço. “Fato é que se o pessoal foi numa reunião, resolveu ocupar a Câmara e eu acho que é uma péssima ideia, [mas] eu não tava lá, então, amém amigos, é a vida, segue em frente” [Catarina]. Contudo, Maria pontua que a existência de conflitos internos pode dificultar a aceitação de consensos e descreve que ocorrem casos de reabertura de decisões porque “quem perde umas três reuniões, perdeu três semanas [...], e as vezes fala ‘não concordo’, porque teve um debate que não acompanhou”. Os conflitos internos pontuados por Maria mostram a necessidade de se pensar a deliberação através de elementos de disputa e confronto.

A decisão por consenso, que também é um princípio deliberativo de tipo I, está no horizonte das decisões do movimento, apesar de seus empecilhos. Contudo, percebe-se que mais do que um convencimento mútuo a partir da força do melhor argumento, ocorrem situações na quais uma decisão alcança o

consenso por causa de um cansaço vindo do tempo do debate ou porque as pessoas “cederam” em seus argumentos, entretanto, não necessariamente, foram convencidas pelo argumento consensuado. De todo o modo, Brigitte pontua que o ponto positivo dessa demora para se alcançar o consenso permite decisões mais sólidas e uma discussão mais exaustiva do tema “todo mundo acha bom, né, no fim das contas”.

4.3. Relação de afeto e confiança política

Em vários momentos do grupo focal, as relações de afeto entre os integrantes do TZ e a confiança política interna são apontados como elementos que possibilitam a tomada de decisão mais próximas ao consenso. Dandara pontua que a existência da confiança é uma saída para os problemas mencionados da tomada de decisão por consenso, de forma que é possível abrir mão de um posicionamento em uma reunião pela confiança existente nos outros membros do movimento. “Tem reunião que, às vezes, eu não concordo com o que tá sendo decidido, e às vezes eu não tenho posição, só que eu confio plenamente nas pessoas que estão reunindo”, o que possibilita que a decisão seja tomada e a ação executada.

Bê concorda que a afinidade e a confiança política, muitas vezes, são os elementos que seguram o movimento e suas discordâncias internas. Contudo ele aponta a fragilidade desse mecanismo, porque “gera um leque de desculpas pro movimento que são muito problemáticas”, no sentido das pessoas abrirem mão de se engajarem em ações por falta de afinidade com os demais participantes ou por não terem vontade de fazê-lo. O integrante do movimento, então, afirma que como essa forma de sustentação baseada nos afetos é frágil, é a própria pauta da mobilidade urbana que permite a manutenção do movimento “mas se fosse um pouquinho mais aberto o objetivo, a gente já poderia ter acabado, infelizmente”. À crítica de Bê, Cigano responde que: “nós estamos tentando outros tipos de relacionamentos políticos, de associação, de horizontalidade, de democracia e

tudo [...]. Agora, eu acho, Bê, que nesse panorama, poder contar com a afinidade, [...] eu acho que é importante. Se é ela que tá segurando, nós temos que continuar...”.

À semelhança do desenvolvido por Young (2002), a divisão entre razão e emoção não parece aqui, uma vez que dão sustentação à ação coletiva não apenas o foco racional de conquistar objetivos relacionados à mobilidade urbana, mas também as relações de afinidade que as trocas dentro desse processo proporcionam, não ocorrendo separações entre elas no desenrolar das decisões. Pela narrativa dos integrantes do grupo focal, os afetos e a confiança política extrapolam a ideia de empatia, que é fundante da deliberação tanto de tipo I quanto de tipo II (Bächtiger et al, 2010), podendo gerar empecilhos à própria deliberação. Ao mesmo tempo em que ações fluem devido à confiança e às afinidades entre as pessoas, muitas vezes elas são colocadas em segundo plano quando desafetos estão em jogo ou quando os indivíduos não têm vontade de realizar alguma atividade. De todo modo, esses são ingredientes centrais para a tomada de decisão e consecução de ações coletivas no movimento.

4.4. Respeito às individualidades

O respeito às individualidades surge como parte constitutiva das demais características, permitindo a busca da horizontalidade, do consenso e permeando o afeto e a confiança política. Esse respeito baseia-se especialmente na ideia de permitir, sem maiores conflitos, que integrantes do movimento participem em frentes de ação das quais outro integrante pode não ter vontade de participar ou mesmo discorde da importância da sua realização. Marcelo ilustra que “[E]u achava que... continuo achando, né, a participação nos conselhos e tal, eu acho uma baita perda de tempo, mas eu não vou vetar uma galera que tá a fim de ir lá e fazer”. O que Catarina coloca de forma semelhante que “se eu não me envolvo, eu tenho que pensar que, tudo bem, os meus colegas, nos quais eu confio politicamente, estão tomando essa decisão, então vamos lá”.

Contudo, Virgínia afirma que: “nós temos que nos compreender enquanto movimento, [discutir] porquê que aquilo contribui pra nós, ou não”. Os objetivos e a identidade coletiva do movimento, segundo Virgínia, teriam que ter um peso maior que a vontade individual de “cada um fazer [...] o que der na telha”. Essa força do indivíduo colocaria também um problema levantado por Bê pelo qual “o fato de ser consenso torna a questão um pouco uma questão de chantagem. Tipo assim, se tem uma pessoa que é absolutamente contra o que a gente tá discutindo, ela vai ‘fritar’ até a questão não ser encaminhada”. O peso de indivíduo poderia chegar a se constituir um limite para a própria ação coletiva, se os mecanismos pontuados de confiança política e de abrir mão de posicionamentos não forem acionados.

Assim, a força dos indivíduos dentro do movimento pode ser pensada como mais uma forma de se demandar que a deliberação funcione, seja, na visão de Virgínia, para construir objetivos comuns do movimento que guiem a execução das ações individuais. Ou, na visão de Bê, que constitua formas de realização de entendimento mútuo a respeito de uma forte divergência que não se torne uma chantagem, mas um problema a ser resolvido pela própria comunicação. Mendonça e Ercan (2015), tratando da expressão individualizada das manifestações de 2013, colocam na própria comunicação o potencial de realizar pontes entre esses interesses e possibilitar a realização de ações, superando empecilhos das diferenças profundas.

5. Conclusão

Neste artigo, buscamos analisar os elementos deliberativos do Tarifa Zero BH a partir de suas características organizativas e as interpretações de seus integrantes a esse respeito. Com a perspectiva de delinear aspectos constitutivos dos movimentos sociais contemporâneos advindos dos protestos de Junho de 2013 e sua relação com a democracia deliberativa, discutimos, primeiro, as formas de deliberação. A sistematização e Bächtiger et al (2010) e

as propostas de Young (2002) deram fundamentos para se pensar em uma ampliação da comunicação na deliberação para a inserção de emoções, confronto e protestos, inserindo a sociedade civil em uma forma continuada de deliberação. Constituímos, assim fundamentos que sustentassem uma análise entre movimentos sociais e a democracia deliberativa, tendo em vista as divergências teóricas a respeito do espaço do conflito na deliberação.

Para uma análise devidamente contextualizada do surgimento do Tarifa Zero BH e buscando contribuir para o debate sobre Junho de 2013, caracterizando-o como um ciclo de confronto político, passamos pela abordagem de alguns elementos relevantes para este artigo. Foram alvo de análise a existência de conflito nas ruas, tanto entre manifestantes e policiais, quanto nas próprias demandas colocadas e interpretações dos sentidos dos protestos; e a constituição de assembleias como espaços em que os sentidos produzidos nas ruas podiam ser debatidos e colocados. A interpretação dos espaços das ruas, redes, mídias e assembleias permeados entre si foi proposta como forma de se ter uma abordagem dos protestos de forma ampliada e não segmentar a deliberação para um só espaço (as assembleias), mas com a lógica de uma prática comunicativa produzida socialmente, próxima ao tipo II de deliberação.

Chegamos, com isso, ao estudo de caso do Tarifa Zero BH, único movimento social de Belo Horizonte, surgido na Assembleia Popular Horizontal que permaneceu ativo na cidade. Observando suas práticas organizativas e de tomada de decisão, percebemos que existem quatro características que aproximam o movimento à democracia deliberativa: o papel da horizontalidade, a busca do consenso nas decisões, a relação de afeto e confiança política e o respeito às individualidades. Percebemos, então, ser possível trabalhar a experiência de uma organização de movimento social, baseada em um formato fluído e de rede, a partir das chaves interpretativas da deliberação, em especial de seus formatos mais ampliados (de tipo II). As dificuldades pontuadas pelos

participantes do movimento para a realização de seus princípios organizativos podem ser tratados dentro da própria chave da deliberação e da superação de conflitos com instrumentos comunicacionais de transformação de desejos privados em soluções coletivas e no debate (com emoções) como solução de impasses táticos.

Referências

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann (2015). “June Demonstrations in Brazil: Repertoires of Contention and Government’s Response to Protest”, em *From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests*, ESA Research Network on Social Movements Conference, Universidade Complutense de Madri.

ALZAMORA, Geane; ARCE, Tacyana; UTSCH, Raquel (2014). “Imagens violentas nas manifestações de 2013: multiplicidades, estética e dissenso nas narrativas de vídeos comuns e de instituições” em SILVA, R. H. A. (org). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL (2013). *O que é a APH?* [online]. Disponível em: <<http://goo.gl/oSOF3C>>. Acesso em 11 jul. 2017.

AVRITZER, Leonardo (2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BÄCHTIGER, André; NIEMEYER, Simon; NEBLO Michael; STEENBERGEN, Marco R.; STEINER, Jürg (2010). “Disentangling Diversity in Deliberative Democracy: Competing Theories, Their Blind Spots and Complementarities”. *The Journal of Political Philosophy*, vol.18, n.1, p.32–63.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra (2012). “The logic of connective action”. *Information, Communication & Society*, vol.15, n.5, p.739-768.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (2015). “Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”. *Nueva Sociedad especial em português*, p.4-17.

CARNEIRO, Henrique Soares. “Rebeliões e ocupações de 2011” (2012) em HARVEY, D. et al (org.). *Occupy*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior.

DELLA PORTA, Donatella (2005). "Deliberation in Movement: Why and How to Study Deliberative Democracy and Social Movements". *Acta Política*, vol.40, n.3, p.336-350.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (2006). *Social Movements: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.

DOMINGUES, Letícia Birchall (2016). *Tecendo amanhã: Estado, Direito e Capitalismo aos olhos do Tarifa Zero BH e do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa BH*. Monografia (Bacharelado Direito). Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Direito.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José (2013). "Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.97, p.43-55.

GOHN, M. G (2014). "A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais". *Caderno CRH*, Salvador, n.71, v.27, p.431-441.

LUDD, Ned (org) (2002). *Urgência das ruas: Black Bloc, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil (Coleção Baderna).

MARICATO, Ermínia (2013), et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior (Tinta Vermelha).

MENDONÇA, Ricardo F.; ERCAN, Selen A (2015). "Deliberation and protest: strange bedfellows? Revealing the deliberative potential of 2013 protests in Turkey and Brazil". *Policy Studies*, vol.36, n.3, p.267-282.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino (2016). "Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013". *X Encontro da ABCP*. Belo Horizonte: 30 ago. a 02 set.

MPL (2013). "Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo" em MARICATO, E., et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior (Tinta Vermelha).

NUNES, Rodrigo (2014). *Organisation of the organisationless: collective action after networks*. Lunenburg: Mute Books, PML Books.

ORTELLADO, Pablo (2013). "Os protestos de junho entre o processo e o resultado" em JUDESNAIDER, E., et al (org). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.

Deliberação, conflito e movimentos sociais: um estudo de caso das práticas de organização e tomada de decisão do Tarifa Zero BH | Letícia Birchall Domingues | 130-157

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick (2014). *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Editora Letramento.

ROLNIK, Raquel (2013). “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações” em MARICATO, E., et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior (Tinta Vermelha).

SILVA, Regina Helena Alves da (2014) (org). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

TARROW, S. (2009) *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes (Coleção Sociologia).

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de (2016). “As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, n.1, p.140-166.

VAINER, Carlos (2013). “Quando a cidade vai às ruas” em MARICATO, E., et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior (Tinta Vermelha).

VEIJGA, João Marcos (2014). “Novas faces do interior: cidades de Minas Gerais em rede durante os protestos de junho de 2013” em SILVA, R. H. A. (org). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

VELOSO, André Henrique de Brito (2015). *O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço*. Dissertação (mestrado) em Geografia. Belo Horizonte: UFMG, Instituto de Geociências.

VIANA, Igor Campos (2015). *A experiência da Assembleia Popular Horizontal em Belo Horizonte: sobre a construção de um espaço comum da política*. Monografia (Bacharelado Direito). Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Direito.

VINICIUS, Leo (2014). *Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista*. Florianópolis: Editoria em Debate, UFSC.

YOUNG, Iris Marion (2002). *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.

Recebido em: 16/02/2018
Aprovado em: 14/03/2018

Deliberação, conflito e movimentos sociais: um estudo de caso das práticas de organização e tomada de decisão do Tarifa Zero BH | Letícia Birchall Domingues | 130-157